

## **SAÚDE DO CORPO, RENDIMENTO NO TRABALHO: A POLÍTICA DO ESPORTE NO ESTADO NOVO EM FLORIANÓPOLIS<sup>1</sup>**

Carlos César Rodrigues<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Segundo pesquisa de opinião pública, encontrada na revista *Época*, em 23 de maio de 1999, Getúlio Vargas foi considerado o melhor presidente do Brasil por 27% dos entrevistados. A memória nacional o consagra assim como figura ímpar, pelo menos no século passado.

Vargas, durante o Estado Novo, apresenta à nação uma nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade; ao mesmo tempo, buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação.

Assim sendo, as práticas esportivas concretizavam o pensamento de uma identidade moral e cívica brasileira, além disso, o adestramento físico pelo motivo da segurança nacional, e mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada, cabendo ao Estado cuidar da recuperação e manutenção da força de trabalho do “Homem brasileiro”, preocupação ligada à eugenia, à saúde da população, ou um projeto nacional de homogeneização da raça.

Logo, o esporte tornou-se no século XX, uma das atividades mais importantes para um melhor rendimento no trabalho; quer como meio de sobrevivência, ou mesmo para proporcionar mais saúde ou um corpo mais saudável. Aquele futebol de fim de semana, uma caminhada na praia, ou um alongamento antes de iniciar uma jornada no trabalho, em todos os âmbitos da sociedade atividade física é fundamental. Com isso, notando esta importância dada ao esporte atualmente, é pretensão deste estudar os discursos sobre o esporte durante o período Vargas, e fazer relações com o trabalho.

## 1. A INSERÇÃO DE FLORIANÓPOLIS NA POLÍTICA DO ESTADO NOVO

Nas vésperas das eleições para governador do Estado em 1935 ocorriam boatos de que a polícia estadual iria intervir e que deputados seriam seqüestrados. Os eleitores de Nereu Ramos pediram abrigo no quartel das forças federais, dali saindo para a sessão realizada sem a presença dos deputados da oposição, elegendo assim Nereu Ramos para o mandato de Governador por quatro anos. Quando ocorreu o golpe do Estado Novo, Nereu o apoiou, e por isso mesmo, permaneceu fiel a Vargas de 25 de novembro quando é nomeado interventor federal em Santa Catarina até outubro de 1945.<sup>3</sup>

Salienta Marlene de Fáveri que o governador Nereu Ramos era “compromissado com a ordem e estruturação do Estado Novo, e estava absolutamente alinhado ao projeto ideológico de Getúlio Vargas na homogeneização nacional”.<sup>4</sup> Afoito defensor do Estado fortalecido, o entendia como essência e única fonte para o justo e o injusto. Mas os injustos, por desacreditarem de suas idéias, ou por ousarem discordar ou comprometer sua grande obra nacionalizadora, seriam duramente castigados. Em 1939 aparece *O Esporte*, jornal especializado em notícias do esporte em Florianópolis, editado e redigido pelos conhecidos desportistas Carlos Campos Ramos e Flávio Ferrari. O jornal indica que estimulante é o exemplo e patriotismo, da personalidade vigorosa do dr. Nereu Ramos, o grande e devotado amigo do esporte catarinense.<sup>5</sup>

Assim como no âmbito nacional, o Estado assume o papel de gerenciador, aprofundando e generalizando o exercício do poder. A tônica colocada a partir do golpe de 37, refere-se a formas de disciplinarização que assumiriam feições autoritárias e totalizadoras. Discursos e práticas, que resultaram em minucioso controle da população pelo aparelho burocrático-estatal, atuaram duramente a campanha nacionalizadora do governo de Nereu Ramos. Com a afirmação desta prática nacionalizadora e da busca de um novo espaço catarinense, o governo conseguia aos poucos afastar do aparelho estatal grupos vinculados aos antigos dirigentes. Logo, afirmaram-se cada vez mais em Santa Catarina, formas de exercício do poder utilizando-se de dispositivos sutis dotados de grande eficácia. Uma racionalidade estava sendo afirmada no gerenciamento da sociedade, passando pelo

aperfeiçoamento de instrumentos de controle e propagação por todos os meios, tempos e espaços.

Como evidência da luta integradora e de caráter nacionalizador e da produção intelectual catarinense, estão os Congressos de Brasilidade, realizados em Santa Catarina entre os anos de 1941 e 1944. O ser plástico, na acepção que procuravam, era dotado de saúde, força e beleza. Neste “Primeiro Congresso de Brasilidade, promovido pela Comissão de Unidade Étnica, propunha um esquema como projeto de padronização brasílica, ou unidade étnica, ancorada no tripé – saúde, trabalho e beleza”.<sup>6</sup> Uma elevação biotipológica, a criação de um homem que deveria ser tanto um tipo ideal eugênico, quanto disciplinado, com qualidades superiores de agilidade, destreza e perspicácia. O belo era buscado na harmonia entre o ser plástico e a ordem do corpo; na simbiose entre o racional e uma estética compósita de beleza plástica e ética moralizante.

## **1.2 COMO O ESTADO SE APROPRIA DO ESPORTE ENQUANTO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL?**

Contudo o trabalhador, uma das ênfases desta pesquisa, é entendido não só como o operário da indústria, mas qualquer atividade que provoque um esforço, remunerado no mundo capitalista. A invenção das tradições políticas mais universais foi obra dos Estados, não obstante tenham participado deste processo movimentos de massa que reivindicavam *status* independente. Este processo apresentou tradições próprias, entre elas o esporte; particularmente o futebol tornou-se um “culto proletário de massas”.

O esporte e o lazer têm estreita conexão com os processos de parlamentarização e com o controle da violência. Assim sendo, o esporte e o lazer, à medida que o processo civilizador avança, as práticas esportivas e de lazer tornam-se também mais controladas, menos violentas e mais regradas. Neste sentido, esporte e civilização são processos encapsulados.

O Estado Novo buscava uma aproximação ideológica do esporte para o público de Florianópolis quando o esporte e o lazer se transformam num espetáculo em meio de distração de massas, desviando os homens adultos de uma participação política consciente;

além do programa de educação física nas escolas e a preparação para o trabalho da sociedade de maneira geral nesta visão.

O Estado também se apropria do esporte como mecanismo de controle social via leis, decretos; associações ou as ligas, e federações. Assim como os sindicatos, os clubes não vivem sem o controle estatal. As ligas e federações por sua vez, organizam os campeonatos, torneios e cadastramento de clubes e atletas em todo o Estado.

Além dos pedidos de ajuda financeira, as entidades mandavam pareceres e balanços de despesas como o da Federação Catarinense de Desportos em 11 de agosto de 1938: “referente ao período de 1 de abril deste ano a 1 de agosto corrente”. Os agradecimentos e elogios são sempre mencionados pelos clubes, ligas e pela imprensa ao papel desempenhado por Nereu Ramos, de incentivo ao esporte catarinense. Convites para posse de novas diretorias de associações e clubes são também encaminhados, inauguração de sede social; de dedicar-lhe o campeonato estadual de atletismo.

Tendo em vista os ofícios encaminhados pelas ligas e federações, as que parecem ter uma maior importância e logo são as que mais aparecem na imprensa local, é a Federação Catarinense de Desportos<sup>7</sup> que “assume condição única de entidade voltada aos interesses do futebol do Estado, fazendo ressurgir o verdadeiro Campeonato Estadual”, a Liga Atlética Catarinense fundada em 7 de dezembro de 1937, que depois passa a ser chamada de Federação Atlética Catarinense promovendo o atletismo e o *basket-ball* e *Volley-ball*.

No dia 12 de abril de 1924, depois de sucessivas reuniões de entendimentos entre clubes, pessoas influentes na cidade e desportistas, é fundada em Florianópolis a Liga Santa Catarina de Desportos Terrestres – LSCDT, se instalou numa das salas do Ginásio Catarinense. Quatro anos depois, a mesma liga passa a se chamar Federação Catarinense de Desportos, tendo à frente de sua presidência de 1939 a 1946 Aderbal Ramos da Silva. A Liga Atlética também é outra entidade importante neste cenário para a promoção e divulgação de eventos esportivos; além disso, promover o intercâmbio desportivo entre as entidades desportivas por ela reconhecidas e, nas condições regulamentares, os

campeonatos e torneios das diversas modalidades. Assim como a idéia de um único sindicato para cada classe de trabalhadores, a FAC não reconhecia nem dava filiação a mais de uma liga dentro de um mesmo município e para o mesmo desporto.

Fazendo uma análise dos nomes que compõem a diretoria de clubes, ligas e associações, pode-se notar que os mesmos nomes aparecem na imprensa escrita como jornalistas, militares, e políticos, eles então têm profissões das mais diversificadas. Geralmente os componentes não são profissionais do esporte, pelo que parece, são mais colaboradores e desportistas com funções administrativas. Além disso, outro fator interessante para analisar – a parceria, forma uma rede de “solidariedade”, de relações interpessoais. Como exemplo deste fato, é fácil notar o envolvimento de parentesco da família Ramos na política e esporte catarinense. O Interventor Federal Nereu Ramos, fica do cargo de 1935 até 1945; Aderbal Ramos da Silva, presidente da Federação Catarinense de Desporto de 1939 a 1946 (Governador do Estado em 1947), assim como também era comodoro de honra do late Clube Florianópolis, e algumas vezes presidente do Aldo Luz (e remador do clube na juventude). O primeiro vice-presidente do Avaí futebol clube, na diretoria de 1940 era Celso Ramos.<sup>8</sup> É possível perceber que através do esporte, os grupos sociais se relacionavam, buscavam aproximações e em termos políticos preparavam terreno para futuras coligações, constituindo uma “rede de relacionamentos”.

O remo era esporte que despertava paixões em Florianópolis. Disputadas sem profissionalismo, as regatas, realizadas geralmente aos domingos faziam com que numerosas famílias deixassem suas casas para postar-se em estratégicos pontos da cidade, a fim de mais bem poder apreciá-las. Para muitos uma regata era também uma espécie de piquenique. As cestas de comida preparadas de véspera, com todo o esmero, garantiam o farto repasto enquanto as provas se desenvolviam nas águas das Baías Sul ou Norte, dependendo do vento que soprasse.

Considerado um esporte de elite, a cidade chegava a enfeitar-se nos dias de competições mais destacadas. A sociedade ocupava toda a orla de terra à beira-mar, desde a Ponta do Vinagre (onde foi construída a sede da Capitania dos Portos) até a Rita Maria.

Todavia, o remo não se notabilizou somente por ser uma alternativa esportiva, ou por levar aos seus eventos um grande público. Além destes fatores, esse esporte fora caracterizado por ter sido uma prática que integrou famílias e segmentos importantes da cidade.

Mais do que nunca o esporte abdicava-se de ter a função restrita de aperfeiçoamento e disciplinarização dos corpos. Mais do que isso adquiria prestígio e reconhecimento. Pois além de ser uma modalidade esportiva muito praticada e respeitada, tornou-se um eficiente elo de socialização e identificação de pessoas. No caso específico do remo, foi sem dúvida um esporte que obteve ótima aceitação e grande admiração e destaque perante a sociedade de Florianópolis. Logo, além de contar com as famílias importantes, veio a criar um órgão que controlava, administrava e formalizava as competições náuticas. Evidenciando com isto o caráter formal e competitivo das regatas.

Os discursos de disciplina e correção corporal, aliadas as práticas esportivas se caracterizavam como uma das vertentes da modernidade. Que desejava suprimir os corpos, a indolência, a morosidade, a ociosidade tão perceptíveis nas pessoas onde o processo modernizador ainda não havia inserido. E assim, como o Estado Novo veio para modificar o espaço urbano, político, consigo trouxe também a educação dos corpos. O esporte tinha mais um caráter disciplinador e militar, do que propriamente unir aos corpos, técnicas e artes apuradas.

O esporte também pressupõe regras. A atividade esportiva para seu bom funcionamento necessita de regulação. Mesmo numa simples partida de futebol, há uma delimitação dos objetivos do jogo. E estas regras assim também existem na sociedade. Tudo para um bom funcionamento da vida social. Apenas um apito do guarda de trânsito pode fazer um carro parar. Também um apito do árbitro pode parar uma jogada, mesmo que o jogador não queira. Estas ordens de disciplina estão interligadas as questões sociais, de conduta do ser humano. Quem em sua vida escolar numa aula de educação física não ouviu o professor dizer: “só depois do apito!”

As Forças Armadas se apropriam das práticas esportivas como fonte de manter a disciplina e preparação física dos soldados para a guerra. A influência dos militares no

desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática foi real e duradoura. Assim, o Estado via as Forças Armadas, controlava as ações no ensino e prática física.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo do corpo também é ponto crucial na explicação de como os mecanismos de controle social incidem sobre o mesmo. Logicamente há contido visivelmente a questão do trabalho neste processo, mesmo por quanto do contexto histórico estudado. Mas ao mesmo tempo, desta ideologia trabalhista no caso brasileiro, circundavam outros elementos de integração social. Um destes elementos é no tocante a educação. Santa Catarina, estado heterogêneo e de grande contrastes étnicos apresenta-se como exemplo preponderante da polícia nacionalista apresentada pelo governo Vargas. Assim sendo, a educação física enquanto disciplina tem um duplo interesse por parte do Estado em seu desenvolvimento. Primeiro, a fim de proporcionar um desenvolvimento físico nos participantes e segundo pela própria submissão destes corpos fomentando assim a disciplina como regra social.

O futebol e o remo, os dois esportes mais praticados em Florianópolis neste período, segundo a pesquisa, incrementaram basicamente esta tendência social. Há que ressaltar principalmente o esporte amador. Em termos profissionais já durante o período estadonovista atletas estavam vivendo somente daquilo que praticavam. Enfim, estes esportes proporcionaram uma certa identidade social a certos praticantes e espectadores, e também na montagem de uma rede sócio-política das suas atividades pelos integrantes dos mesmos.

Parece pelas pesquisas feitas, mesmo com a Segunda Guerra, o esporte ou a prática esportiva propriamente dita, não sofreu modificações substanciais, pelo menos em Florianópolis. Como exemplo pode-se citar a final do campeonato catarinense de 1942 em que o América de Joinville não pode disputar a final contra o Avaí pois vários dos seus jogadores estavam a serviço do Exército Nacional.

Decretos, leis, relatórios, jornais, constituem parte do processo de formação de algumas bases as quais proporcionaram um investimento do Estado em legitimá-las. Assim, de maneira nenhuma pode-se deixar de analisar os discursos que engendraram esta prática. Práticas que mexeram com os sentimentos das pessoas, que estruturaram espaços públicos e que produziram saberes sobre o espaço privado. Saberes e práticas que ressoam ainda hoje, seja através de relampejos de uma moral de ordem e dos bons costumes que normalmente são requisitos em momentos e lugares de disciplina.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte integrante de minha monografia apresentada no Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em 22 de julho de 2004.

<sup>2</sup> Licenciado e bacharel em História. E-mail: carloscesar80@hotmail.com

<sup>3</sup> MEIRINHO, Jali. O poder Legislativo e as instituições políticas. In: **A Realidade Catarinense no Século XX**. CORREA, Carlos Humberto (org.). [et. al.]. Florianópolis: IHGSC, 2000, p. 210.

<sup>4</sup> FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

<sup>5</sup> **Jornal O Esporte**, Florianópolis, 25 de jul. 1939. p 01.

<sup>6</sup> Reconhecida de utilidade pública pelo governo do Estado, pela lei nº 1.611, de 26 de setembro de 1928.

<sup>8</sup> Segundo ofício encaminhado pela diretoria do Avaí futebol clube ao interventor Nereu Ramos em 15 de dezembro de 1940. Correspondência com os governadores – ofícios. APESC.